

Regime pode sair hoje, mas mandato aguardará

Se houver quorum e faltar acordo, parlamentaristas e presidencialistas se enfrentam no voto

FOTOS: JULIO ALCANTARA



Sant'Anna (à esq) saiu do encontro com Sarney prevendo vitória do presidencialismo. Derzi ainda acha que há tempo para negociações

Ulysses admite que decisão é no painel

O presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, só ontem submeteu-se, finalmente, às evidências de que não há como chegar a um entendimento em torno do sistema de Governo. Ulysses observou que "a matéria será decidida pelo painel eletrônico", mas, mesmo assim, preocupou-se em não fechar as portas para o improvável, observando que um acordo, agora, "é difícil, mas não impossível".

O deputado Ulysses Guimarães lembrou a sua experiência política e a tradição do Congresso Nacional, onde os acordos se fazem, quase sempre, na última hora, "na vigésima quinta", segundo ele.

Mas isso, como o próprio Ulysses disse, apenas se surgir uma proposta, uma fórmula que leve ao entendimento, o que é praticamente impossível. O próprio Ulysses deixou, nas últimas horas, de trabalhar em busca de um acordo. O dia de Ulysses, on-

tem, foi pouco movimentado, em comparação com sua rotina de trabalho: ele falou com o presidente José Sarney, pelo telefone; depois recebeu o secretário-geral da Câmara, Paulo Afonso de Oliveira, das 9 às 11 horas; e, de 13h30 às 15 horas, o senador Mário Covas, e os deputados Nelson Jobim, Antônio Britto e Pimenta da Veiga.

A tarde, depois da sessão, recebeu em seu gabinete, separadamente, os senadores José Richa, Fernando Henrique Cardoso e Albano Franco, além dos deputados Afif Domingos, Ronaldo Cesar Coelho e Ademir Andrade.

Ulysses não quis fazer nenhuma previsão sobre o resultado da votação de hoje. Apenas admitiu que "os governadores têm força, são lideranças importantes e têm um grande poder de convencimento sobre as bancadas". A atuação deles, na opinião do presidente do PMDB, pode influir.

Presidente quer evitar surpresas e pede luta

Apesar de estar confiante na vitória do sistema presidencialista, o presidente José Sarney quer evitar surpresa e, por isso, instruiu os seus líderes para trabalharem duramente na Assembleia Nacional Constituinte pela aprovação da emenda do senador Humberto Lucena (PMDB-PB), que garante a manutenção do atual regime de governo.

Essa orientação foi transmitida ontem pela manhã, durante despacho separado com os seus líderes no Congresso Nacional. O deputado Carlos Sant'Anna, líder da maioria e do Governo na Câmara, saiu do Palácio da Alvorada com a certeza de que o presidencialismo vai sair vitorioso, e garantiu que nunca houve alteração na posição que vem sendo defendida há alguns meses pelo presidente Sarney. A emenda Lucena, disse, já conta com 352 assinaturas.

O senador Saldanha Derzi, líder do Governo no Senado,

salu também com a garantia de que o presidencialismo vai ser vitorioso, e disse que a orientação transmitida por Sarney é de trabalhar pela manutenção do sistema. Derzi acha que o mandato de cinco anos vence com mais facilidade do que o presidencialismo. Para ele, "estão fazendo uma guerra de nervo de última hora pelo parlamentarismo, mas ganharemos com uma margem de votos que não vai ser apertada", sustentou o senador.

— O Presidente não deu nenhuma orientação especial, mas está tranquilo, muito alegre e satisfeito — disse Saldanha Derzi, observando que Sarney está aberto ao diálogo, pronto para negociar, mas que até o momento não recebeu nenhuma proposta por escrito. Ele defendeu a fusão das 40 emendas existentes, para aperfeiçoar o texto. Disse que se houver nova proposta, o governo vai estudar com tranquilidade, desde que seja de consenso.

A sua opinião quanto à disposição de Sarney de negociar não é endossada pelo líder do PFL, deputado José Lourenço. Ele disse que Sarney está tranquilo, e não tem a menor vontade de negociar. "Não há negociação. A negociação é no voto. Quem tiver mais voto ganha", argumentou o parlamentar, para dizer que o presidencialismo vence porque é o sistema preferido pelo povo.

Quanto à estratégia que foi montada, Lourenço observou que a ordem "é votar e estimular cada vez mais os companheiros para que fiquem do nosso lado". No caso de derrota do presidencialismo, o líder do PFL disse que é favorável a eleições gerais. Para ele, esta é uma sugestão muito boa, lembrando que o consenso não existe dentro do PMDB. "É mais fácil pegar a lua aqui na mão do que consenso no PMDB. O PMDB quer tanto eleição como o diabo quer a cruz".

A definição do sistema de governo, presidencialista ou parlamentarista, poderá surgir hoje, a partir das 14h30: antes dela há apenas uma questão a ser tratada, a definição sobre leis de iniciativa popular. Não há, porém, nenhuma garantia de que o sistema seja mesmo votado hoje, pois qualquer dos lados poderá tentar retirar suas bancadas, adiando pela falta de quorum uma decisão, à espera de acordo. Qualquer proposta precisará contar com 280 votos. Já para o mandato presidencial, dificilmente uma solução surgirá de imediato, dentro dos próximos dois dias. Tecnicamente, o mandato pode ser vo-

tado até no mesmo dia da forma de governo, mas poucos acreditam nisso. E que o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, manifestou o desejo de que as duas votações sejam separadas por algum espaço de tempo, durante o qual seria possível nova negociação, já em novas bases. Assim, só com o curso das votações, a partir da emenda Lucena (presidencialista), primeira da pauta, é que se fixará um cronograma para o mandato. Este consta de todas as emendas, mas só será definido mediante destaque, depois

de aprovada a emenda coletiva que servirá de base.

OS PASSOS DA VOTAÇÃO

1º PASSO — O deputado Ulysses Guimarães abre a sessão e, constatando a existência de quorum mínimo para votação (280 presentes), anuncia a emenda do senador Humberto Lucena, que mantém o presidencialismo. A proposta terá prioridade por ter obtido maior número de assinaturas que a concorrente: 352 contra 341.

2º PASSO — A seguir, pelo prazo de cinco minutos cada, falarão quatro oradores, dois a favor e dois contra a emenda. O primeiro a subir à tribuna será o autor da proposta, sucedido alternadamente por outro defensor do presidencialismo (o deputado Vivaldo Barbosa ou o senador Marco Maciel) e por dois parlamentaristas (provavelmente os senadores Afonso Arinos e Mário Covas). O relator Bernardo Cabral também falará.

3º PASSO — Concluídos os discursos, começa o processo de votação propriamente dito. Há duas hipóteses: na primeira, a emenda consegue 280 votos favoráveis, e neste caso a proposta parlamentarista nem será submetida a votação; na segunda, não alcança o quorum mínimo para aprovação, o que determinará a suspensão da sessão por 24 horas, quando será realizada nova votação.

4º PASSO — Se na segunda chance a emenda Humberto Lucena também não lograr êxito, entra em votação a emenda Egídio Ferreira Lima, instituindo o parlamentarismo. Será igualmente encaminhada por quatro oradores e terá dupla oportunidade de aprovação.

5º PASSO — Caindo a emenda Egídio, chega a vez do texto parlamentarista da Comissão de Sistematização, que também só passa com o voto de 280 constituintes. Caso não consiga, configura-se o temido buraco negro e o relator terá prazo de 48 horas para apresentar um texto alternativo capaz de obter o respaldo da maioria.

6º PASSO — Conhecido o novo texto, abre-se um período de 24 horas aos constituintes para apresentarem seus pedidos de destaque. Em linguagem regimental, isto significa isolar determinados trechos da emenda para votação posterior em separado. Continuam valendo os destaques propostos ao texto da Sistematização.

7º PASSO — Aprovada a emenda alternativa que emergiu do buraco, começa a votação dos destaques. E nesta fase que entra em debate o tamanho do mandato dos presidentes da República, objeto do artigo 93. As emendas mais importantes neste sentido são as dos senadores Mário Covas (4 anos) e Fernando Henrique Cardoso (4 anos com reeleição). É preciso lembrar, contudo, que a eventual aprovação de uma dessas propostas não inviabiliza o mandato preferido pelo presidente Sarney, que terá uma segunda chance de garanti-lo na votação das Disposições Transitórias. Em caso de rejeição, contudo, a situação fica mais fácil para o Palácio do Planalto, que precisará apenas evitar novas referências ao assunto no texto constitucional. Ai, valerá para Sarney o que estiver definido para seus sucessores. Ainda durante a votação dos destaques, será apreciada a emenda Manoel Moreira, instituindo o chamado presidencialismo parlamentarizado.